

Caravana leva a Brasília projeto sobre Baixada

Uma caravana, formada por representantes de Federações de Associações de Moradores, Prefeituras e partidos políticos da Baixada Fluminense, seguiu ontem à noite para Brasília. Seus integrantes vão buscar apoio entre os constituintes para emendas populares que tratam de saneamento básico para a região, reforma tributária e agrária, ensino público e gratuito e indenização de cinco por cento do valor do produto para os municípios que sediam refinarias de petróleo.

Como as entidades só conseguiram coletar cinco mil assinaturas, não chegando às 30 mil necessárias à tramitação das emendas, esperam que os Deputados fluminenses Lysáneas Maciel (PDT), Benedita da Silva (PT), Ana Maria Rattes e Messias Soares (PMDB), com quem têm mantido contatos, as patrocinem. A coleta foi realizada pelas federações de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Conselho Comunitário de Saúde de Nilópolis, pelo PDT, PSB, PT, PCB e pelas quatro Prefeituras.

SNI apóia idéia de assentar famílias ao longo de rodovias

BRASÍLIA — A idéia de o Governo aproveitar os investimentos públicos feitos ao longo das rodovias, principalmente na Amazônia, para o assentamento de colonos recebeu a aprovação do Ministro Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes. A proposta foi apresentada pelo Deputado Paulo Macarini (PMDB-PR) a um grupo de constituintes e Ministros reunidos, domingo, na casa do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

Segundo Macarini, é necessário quebrar o preceito, defendido pela CNBB, CUT e Comissão Pastoral da Terra, que preconiza o assentamento de colonos em projetos de reforma agrária nos seus municípios de origem. A idéia do Deputado prevê a abertura de novas fronteiras industriais, agrícolas e urbanas nas terras que margeiam as rodovias e que são, na maioria, áreas devolutas.

Outra proposta que agradou ao General Ivan é a da participação da comunidade na fiscalização da

prestação de serviços pela Previdência Social e do estabelecimento de instrumentos de defesa do setor. O Chefe do SNI afirmou estar convencido de que a Previdência Social, bem estruturada, poderá tornar-se um grande instrumento de promoção social. De acordo com a proposição, também de Macarini, seriam três os instrumentos que possibilitariam a participação da comunidade na fiscalização: a tipificação do não recolhimento das contribuições como crime inafiançável; o estabelecimento de responsabilidade dos dirigentes das empresas particulares na inobservância dos seus deveres para com a Previdência e dos dirigentes das empresas públicas, que passariam a responder pela situação de inadimplência do setor.

Estas propostas, segundo Macarini, foram muito bem recebidas pelo grupo, inclusive por Ulysses Guimarães. Apenas o Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, ponderou que tais medidas são severas demais. Ulysses ob-

servou que, de fato, se a Previdência se transformar em uma entidade que assegure a manutenção do poder aquisitivo do aposentado e dote a população de um atendimento médico-hospitalar digno, será um poderoso instrumento a favor do bem estar social, com reflexos imediatos no aumento da produção.

O grupo debateu ainda o problema da morosidade da Justiça, concordando em um aspecto: é importante a criação da figura do Juiz Instrutor para eliminar o inquérito policial, com o objetivo de agilizar os processos criminais. Foi sugerida a criação, em todas as capitais, de Tribunais Regionais Federais, para apreciar causas que envolvam a União e suas entidades e a instauração de processo sumário.

Participaram do almoço, além do Chefe do SNI, de Macarini e do Ministro da Previdência Social, os constituintes Severo Gomes (PMDB-SP), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Fernando Gasparian (PMDB-SP).

Quércia volta a articular e garante que sai este mês a reunião dos Governadores

SÃO PAULO — O encontro dos Governadores do PMDB deverá ser realizado no Rio de Janeiro, provavelmente no próximo dia 23 ou 24. Foi o que garantiu ontem o Governador Orestes Quercia, após conversa por telefone com o seu colega do Rio, Moreira Franco.

Hoje ele almoça com o Relator da Constituinte, Bernardo Cabral, a quem entrega as primeiras propostas dos Governadores, que através delas pretendem influir na futura Carta.

Quercia, que recebeu ontem no Palácio dos Bandeirantes o Governador de Goiás, Henrique Santillo, afirmou que a decisão de realizar a reunião este mês, no máximo dentro de duas semanas, é resultado direto do encontro dos Secretários estaduais de Fazenda em Canela, Rio Grande do Sul.

— A reunião em Canela foi um êxito total, na medida em que houve o consenso de vinte Secretários de Fazenda para que todos nós lutemos para que o projeto que tramita na Constituinte acolha melhorias para os municípios e para os Estados — disse ele, acrescentando ter iniciado ontem mesmo o processo de consulta entre os Governadores.

Reconhecendo já existir uma movimentação de autoridades do Governo Federal no sentido de modificar a proposta de reforma tributária em curso na Constituinte, o Governador de São Paulo defendeu uma articulação dos Estados e municípios no sentido de preservar o projeto. E frisou:

— Quando se trata de retirar poderes ou recursos do Governo Federal, o negócio é difícil. Mas ou nós fazemos isso no processo de democratização



Quercia: novas conversas

do País ou nunca mais o faremos. Este é o momento de colocarmos em prática a descentralização, o fortalecimento dos Estados e dos municípios.

Quercia confirmou que o Relator Bernardo Cabral estará hoje no Palácio dos Bandeirantes. Ele pretende aproveitar o encontro para encaminhar as primeiras propostas com vistas a alterar algumas questões na Constituinte.

— São itens — disse — que já comentei em outras ocasiões e que precisamos modificar para que não haja uma situação insustentável para os municípios, Estados e até mesmo para a União, no que diz respeito aos servidores públicos. É a questão da administração de empresas públicas e da paridade de salários dos servidores dos três Poderes, por exemplo.

Bernardo Cabral receberá ainda de Orestes Quercia propostas relativas a mudanças no número de Deputados por São Paulo (de 60 para 80) e também no de Vereadores. O Governador de São Paulo acha, de resto, que quanto a estes últimos a definição sobre o número poderá ser feita pela Assembléia Legislativa, quando estiver elaborando a Constituição estadual.

Sant'Anna e Lourenço não acreditam em acordo

BRASÍLIA — Apesar dos esforços do "grupo interpartidário" e do "grupo dos 32" para tentar um acordo em torno dos pontos polêmicos da Constituinte, os Líderes do Governo, Carlos Sant'Anna, e do PFL na Câmara, José Lourenço, não acreditam em entendimento sobre sistema de governo, mandato presidencial, anistia, reforma agrária e empresa nacional.

— Estes pontos não têm jeito. Para mim, eles serão decididos em plenário, pelo voto, previu Sant'Anna.

O líder do Governo acha que o voto distrital será outro ponto que não obterá acordo. Ele está um pouco mais otimista, porém, com relação à estabilidade, jornada de trabalho, reserva de mercado, organização sindical e greve. São

pontos difíceis, mas não impossíveis de serem acordados, segundo o Líder. Já as verbas públicas para a educação e as concessões de rádio e TV provavelmente serão negociadas.

Sant'Anna acha que, apesar das dificuldades, é preciso buscar o consenso para todos os pontos. Ele disse que não está participando das negociações entre os grupos, mas apóia a metodologia utilizada por eles. Mais adiante, porém, o Líder do Governo entrará nas negociações.

O Deputado José Lourenço afirmou que o bloco dos "moderados", do qual ele é um dos articuladores, tem como principais objetivos desestatizar a economia. Segundo ele, a idéia é transformar o Estado empresário em Estado Social.